

Dois fragmentos de textos marcados pela mesma convicção: a indispensabilidade da participação política, alicerces da sociedade democrática. No primeiro, um alerta à juventude (de todas as idades). No outro, a identificação da escola como espaço de formação de sujeitos capazes de integrarem coletivos cada vez mais amplos. Em ambos, a chamada à ação solidária, cidadã. Ao exercício de soberania popular.

Direitos Humanos na sala de aula

Apresentação

Datas Significativas
Agosto

05 - Dia Nacional da Saúde

07 - Dia Internacional da Educação

09 - Dia Internacional dos Povos Indígenas - ONU

26 - Dia Internacional da Igualdade Feminina

31 - Dia Internacional da Solidariedade

O dicionário de DDHH define *solidariedade* como "condição grupal resultante da comunhão de atitudes e sentimentos, de modo a constituir o grupo, unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e mesmo de tomar-se ainda mais firme em face da oposição vinda de fora". Significativa data para nós, integrantes do MEDH.

"É sempre muito importante para o nosso cotidiano falar dos problemas, porém falar mais ainda das soluções possíveis. E é bom não esquecer a importância da esperança e de nosso papel na história."
(Cristina Duarte N. Cunha)

Participe

Você já foi convidado/a (em abril, confira) a opinar sobre o MEDH. Envie seu depoimento (com cerca de dez linhas) para o MEDH em Rede (espaço natural para suas reflexões) ou para escola@novamerica.org.br. Participe! Você tem até 10 de outubro para este envio. Seja co-autor/a da página "Para refletir" do último boletim do ano.

Em maio dizíamos: "eleições começam bem antes do dia da votação". No mês de outubro próximo, cidadãos e cidadãs brasileiros/as elegerão prefeitos/as - em primeiro ou segundo turno (dia 5 e 26, respectivamente) - e vereadores/as, dos municípios onde votam. Forte razão para iniciarmos este semestre envolvidos/as com o tema. E o fazemos com a disposição daqueles e daquelas que acreditam firmemente na relevância do voto consciente, seguro, comprometido com o bem comum. Com o entusiasmo daqueles e daquelas que reconhecem na participação política o caminho seguro para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. E que, assumindo a função política da escola, defendem uma prática educativa que tenha na participação seu modo de ser e desejar.

Em "Para refletir", os textos trazem argumentos para sustentar essas convicções. Apostando na força do sujeito coletivo, evidenciam que a participação política não se encerra no comparecimento às urnas. Muito ao contrário, se prolonga no acompanhamento e controle dos mandatos.

"Sala de aula em movimento" assume a responsabilidade que lhe cabe colocar o assunto em pauta na escola, com o olhar para além dela.

Até o calendário conspira a favor deste empenho. Ele destaca direitos fundamentais - que a tod@s, sem exceção, devem ser assegurados pelas políticas públicas - e convoca à solidariedade - unidade sólida para fazer acontecer.

Queremos dizer sim a esta convocação, como cidadãos e cidadãs que, com certeza da importância de seu papel na história, fazem eco com a colega Cristina Cunha.

Queremos dizer sim porque

"Estamos crescidos, estamos atentos, estamos mais vivos...
Estamos em cena, estamos nas ruas...
Estamos na luta..."
Como fios que, entrecruzados, querem tecer um "novo tempo"
(Ivan Lins)

A equipe

TECER A CIDADANIA,
CONSTRUIR O COLETIVO,
AFIRMAR OS DDHH

Direitos Humanos: desafios para o século XXI¹

Maria Victoria Benevides

A solidariedade é, hoje, mais urgente do que nunca. Significa que todos somos responsáveis pelo bem comum. Considero, portanto, como extremamente perigoso (por mais que entenda suas causas) o descrédito de muitos jovens nas instituições políticas, pois isso ultrapassa a figura das pessoas, dos governantes e parlamentares, para atingir o próprio cerne da ação política - acaba se transformando num descrédito da ação política e na sua capacidade transformadora. Não é possível ser cidadão consciente com rejeição à atividade política. O resultado da apatia pode ser uma atitude na vida social que é o oposto de qualquer idéia de cidadania democrática, que é o das estratégias individuais, do "salve-se quem puder", excluindo qualquer possibilidade de ação coletiva, de solidariedade.

Igualmente quando penso na juventude (já me disseram que não estou na 3ª idade, mas na juventude acumulada, que bom!) quero afirmar, com todas as forças, que sem emoção, alegria, afetividade e senso de humor, não há possibilidade de crítica, de autocrítica e de transformação. Num país como o nosso, marcado por desigualdades e injustiças devastadoras, não podemos sucumbir ao ceticismo ou à melancolia dos conformistas. Há que se ter uma pedagogia da indignação - porém livre de ressentimentos que só causam amargura estéril; há que se ter, como mostrou Paulo Freire, uma pedagogia da construção, do assombro e da admiração diante de tudo o que afirma a vida, que seja um permanente convite para se compartilhar a alegria de viver.

(...)

Estou convencida de que só com a efetiva democratização do país, sempre no sentido de democracia como processo e de democracia como soberania popular, aliada ao respeito integral aos direitos humanos, será dada e ampliada a voz dos que não têm voz e serão democratizadas tanto as vozes do poder quanto os clamores da razão.

Escola e construção do coletivo: entre o local e o global²

Escola e Cidadania/Novamerica

Entendendo a escola como espaço instituído e instituinte de relações sociais de poder, podemos tomá-la como um lugar eminentemente político. A palavra político pode ser apreendida sob diferentes concepções. Queremos tratar aqui daquela que entende política como algo inerente à ação humana. É importante distingui-la de outras concepções que se referem, por exemplo, a ações políticas de profissionais, aquilo que também podemos chamar de política partidária, ou ainda daquela política estreita que se ocupa apenas de interesses pessoais, que também chamamos de politicagem. A política que queremos destacar é aquela que se refere ao modo de organizar e regular o convívio entre as pessoas de maneira livre e em busca de bem comum. Dessa forma, podemos considerar que todo ser humano é um ser político, e que todas as nossas ações têm conseqüências sobre o coletivo da sociedade. Sendo assim, todas as nossas ações são políticas. Dessa forma, política pode ser entendida como uma forma de expressão e ação do coletivo, e a função política da escola não pode ser negada...

A cidadania entendida como fundamento e finalidade de uma sociedade democrática e plural, que extrapola a concepção formal que a reduz a conquista legal de alguns direitos, se constrói através da

participação ativa. A sociedade civil não pode ter um papel passivo, apático e indiferente frente aos inúmeros acontecimentos sociais. Hoje, todos os cidadãos e cidadãs são chamados a atuar efetivamente na fiscalização e no controle das ações governamentais, tomando iniciativa nos temas que lhes dizem respeito. A participação social deve ser entendida como ação e método no processo de construção do coletivo. Ela é, ao mesmo tempo, uma ação social que tem um determinado fim a ser alcançado e expressa a intencionalidade de um grupo, e um meio para a organização e fortalecimento desse grupo. Um grupo social organizado, conhecedor de suas possibilidades, não foge dos compromissos de desenvolver a comunidade a que pertence e o próprio país.

Em ano eleitoral, o tema da participação emerge com mais força no nosso dia-a-dia, principalmente porque vivemos um período marcado por muitos escândalos e denúncias. Todos eles reproduzem práticas há muito tempo conhecidas no Brasil - corrupção, desvios de recursos públicos, nepotismo, superfaturamento, etc. - não sendo, portanto, marcas deste ou daquele governo, deste ou daquele projeto político para o país. Ampliando nossa lente é possível perceber que este cenário de degradação política se insere num contexto mais amplo de crise de legitimidade do próprio sistema representativo, que se expressa na abstenção eleitoral, na apatia e não participação político-social e nos baixos índices de filiação partidária. As causas variam entre os diferentes países, mas se pode afirmar que as principais residem: no processo de burocratização e no caráter autoritário das administrações e parlamentares; na falta de controle dos/as eleitores/as e/ou do partido sobre os/as eleitos/as; nos sistemas eleitorais que distorcem a representação através de mecanismos que fraudam a vontade popular; na falta de coerência entre o projeto e o programa eleitoral e a prática dos eleitos.

Mas ainda assim, não podemos abrir mão dessa forma de participação que é o voto. Ele é dotado de características que o tornam muito poderoso e especialmente democrático. O voto constitui outros poderes, como o poder político institucional. É claro que o poder econômico e o poder das mídias também influenciam nessa definição, mas temos que organizadamente lutar para tornar as eleições cada vez mais livres e democráticas. O voto é um poder acessível à maioria da população, pois atualmente as restrições são mínimas, como aos menores de 16 anos e aos estrangeiros não naturalizados. O voto é igualitário, pois todos/as os/as cidadãos/as valem a mesma coisa nas eleições, desde o voto do mais rico empresário até o voto do mais empobrecido camponês. O voto é secreto, ainda que possamos ser influenciados ou pressionados para votar em determinado candidato, ninguém pode negar nosso direito de liberdade de consciência na hora do voto.

Afirmar o poder do voto num contexto de crise do sistema representativo é apontar para a necessidade de ampliação do modelo democrático, entendendo como um dos fundamentos da democracia o regime da soberania popular, que se realiza na participação em processos decisórios sobre questões fundamentais de interesse público. A soberania popular, portanto, deve ser exercida nos mais diferentes espaços políticos da sociedade, inclusive na escola. A escola que se deixa penetrar pela vivência de processos coletivos e colaborativos acaba por se constituir em lugar de experimentação e aprendizagem de participação. Ciente de sua função política (...) a escola se coloca na posição de formadora de sujeitos capazes de se integrarem em coletivos mais amplos, aptos para pensar e agir local e globalmente...

¹ Trecho final do texto, integrante do livro *Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*, Rosa Maria Godoy Silveira, et al. (João Pessoa: Ed. Universitária, 2007)

² Trecho final do texto que está disponível, na íntegra, na biblioteca do MEDH em Rede.

Editora: Susana Sacavino

Equipe Responsável:

Vera Maria Candau
Laura Cristina Campello do A. Mello
Cinthia Monteiro de Araujo
Iliana Aida Paulo
Marilena Varejão Guersola

Texto Final: Iliana Aida Paulo

Supervisão Editorial:
Adelia Maria Koff

Composição Gráfica:
Companhia Visual Manteca

Apoio

inte
intercambio
y solidaridad

BURGOS

NOVAMERICA

Programa Direitos Humanos
Educação e Cidadania

ISSN 1519-9827

NOVAMERICA Rua Dezenove de Fevereiro, 160 - Botafogo - CEP: 22280-030 - Rio de Janeiro - R.J. - BRASIL

Tel/fax: 2542 6244 - 2295 803 3 - E-mail: escola@novamerica.org.br - <http://www.novamerica.org.br>

NOVAMERICA